



Os ambientes da imagem: pedagogias em foco

The environments of the image: pedagogical effects

Los ambientes de la imagen: pedagogías en foco

LEANDRO BELINASO GUIMARÃES*

JULIANA CRISTINA PEREIRA**



RESUMO – O artigo propõe questões sobre como a sustentabilidade ambiental vem sendo narrada através de imagens de capa de um caderno jornalístico. Indaga, sob a inspiração dos Estudos Culturais em suas vertentes pós-estruturais, sobre os ambientes das imagens e seus efeitos pedagógicos, buscando confrontar tais imagens midiáticas com outras provenientes de um projeto de tese cujo intuito é criar cartografias dos afetos. O propósito desta pesquisa é ir ao encontro da multiplicidade, abrindo muitos ambientes em uma mesma imagem. Conclui-se o artigo argumentando que imagens midiáticas da sustentabilidade nos vendem um ambiente já de antemão planejado, controlado, definido e “verde”.

Palavras-chave – Sustentabilidade. Educação ambiental. Imagem. Cartografia.

ABSTRACT – This article introduces the discussion of narratives of environment and sustainability as captured in press images. Inspired by Cultural Studies and their post structural perspectives the focus lies on the pedagogical effects of these images. The essay sets the media images against cartographies of affect created in an earlier research projects. The objective of the projects is to encounter the multiplicity in order to reveal various environments of the images. This article argues that media images depicting sustainability succeed *a priori* in selling a planned, controlled, and “green” environment.

Keywords – Sustainability. Environmental education. Image. Cartography.

RESUMEN – El artículo abre preguntas sobre cómo la sustentabilidad ambiental viene siendo narrada a través de imágenes de la capa de un cuaderno periodístico. En el texto se indagan los ambientes de las imágenes y sus efectos pedagógicos, según las vertientes pos-estructurales de Estudios Culturales. El ensayo se esfuerza en confrontar esas imágenes mediáticas con otras procedentes de un proyecto de tesis cuya intención es crear cartografías de los afectos. El propósito de esta investigación es suscitar la multiplicidad, abriendo muchos ambientes en una misma imagen, una misma cartografía afectiva. El artículo finaliza argumentando que las imágenes mediáticas de la sustentabilidad nos venden un ambiente, de antemano, planeado, controlado, definido y “verde”.

Palabras clave – Sustentabilidad. Educación ambiental. Imagen. Cartografía.

I suppose my idea of research is indissociable from the invention of a way of writing.

(JACQUES RANCIÈRE)

O que esperamos ver em imagens sobre meio ambiente e sustentabilidade? E ainda, de que maneira podemos lidar com tais imagens em práticas pedagógicas? Como, em oficinas formativas de educação ambiental, acionamos imagens e trabalhamos com elas? O que desejamos cartografar, inscrever com as imagens? Essas são algumas perguntas que este texto pretende enfocar a

partir da conexão entre duas pesquisas, uma de doutorado e outra de pós-doutorado – ambas interessadas em cultura, em imagem, em arte, em meio ambiente, em cartografia, em educação ambiental.

Helen Kopnina (2012), em artigo recentemente publicado em uma das mais prestigiosas revistas acadêmicas internacionais de pesquisa em educação

*Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, RS, Brasil) e professor na Universidade Federal de Santa Catarina (Florianópolis, SC, Brasil). E-mail: <lebelinaso@gmail.com>.

**Mestra em Artes Visuais pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Florianópolis, SC, Brasil) e professora na Universidade do Estado de Santa Catarina (Florianópolis, SC, Brasil). E-mail: <ju_ceart@yahoo.com.br>.

ambiental, utiliza a expressão “educação para o desenvolvimento sustentável” para agrupar investigações que visam desenvolver conhecimentos e habilidades para a participação das pessoas em um mundo futuro de economia “verde”, ou seja, com baixa queima de carbono, mais eficiente nos usos e distribuições de recursos e pautado pela inclusão social. A autora defende, trazendo à tona um debate sobre ética que não pontuaremos aqui, uma educação mais instrumental, baseada na ideia de que os problemas ambientais são severos e seria preciso educar, sem devaneios, as futuras gerações para que elas possam participar e resolver tais infortúnios. A crítica formulada pela autora nos interessa, sobretudo, porque se endereça às perspectivas plurais, abertas, pós-estruturais, seja da educação ambiental, seja do que Kopnina designa como “educação para o desenvolvimento sustentável”. Para a pesquisadora, as teorizações culturalistas podem ser contraproduativas para a construção de uma cidadania ambiental, pois a amplitude das mesmas (suas vastas questões) e suas intrincadas articulações impediriam um enfoque educativo mais pragmático e resolutivo dos problemas ambientais.

Entretanto, como pretendemos mostrar neste artigo, perspectivas culturalistas de pesquisa em educação ambiental (sejam elas inspiradas nos Estudos Culturais e/ou no pensamento pós-estruturalista e/ou na filosofia da diferença), acionadas pelas pesquisas aqui articuladas, podem, sim, politizar práticas pedagógicas. Concordamos com a autora quando afirma serem tais perspectivas pouco instrumentais, uma vez que interessa a elas, e muito, escapar de uma adequação da educação ambiental e de seus objetivos às prerrogativas do que se vislumbra, em nosso tempo presente, como a construção sustentável de um mundo futuro de economia “verde” – razão pela qual nos recusamos, neste artigo, a usar a expressão “educação para o desenvolvimento sustentável”.

Vários são os desdobramentos possíveis para esse debate a respeito dos objetivos políticos das práticas pedagógicas em educação ambiental e seus presumíveis (des)serviços para um mundo pautado por uma produção econômica “verde”. Neste texto, abordaremos tal questão ao longo de suas duas seções. A título de introdução, seria importante perguntarmos, inicialmente (a partir da pesquisa de pós-doutorado considerada), por que é que falamos de um tempo futuro, ainda por chegar, quando nos propomos a pensar o meio ambiente e/ou a sustentabilidade? Esse apelo ao futuro no debate ambiental não é recente. Basta lembrarmos o título de uma das mais significativas publicações do ambientalismo nacional, *Fim do Futuro? Manifesto ecológico brasileiro*, de José Lutzenberger (1976). E, ainda, em âmbito internacional, o documento intitulado *Nosso futuro comum* (Relatório Brundtland), elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente

e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (CMED/ONU), de 1987. Nos anos 1970 – e vale destacar que consideramos o livro de Lutzenberger um ícone daquela década –, o futuro era enunciado como catástrofe. Tal construção discursiva segue em operação na cultura do tempo presente, mas a partir de outras articulações, sobretudo com a polissêmica noção de sustentabilidade. Por agora, desejamos pontuar, apenas, que foi na esteira dos movimentos de contracultura, que tomaram as ruas das grandes cidades e os corpos de inúmeras pessoas nos anos 1960 e 1970, que um futuro catastrófico para o meio ambiente passou a ser mais extensamente enunciado.

Nesse contexto, o Relatório Brundtland pode ser visto como um marco do início de uma mudança discursiva em relação ao modo de narrar o futuro do meio ambiente que ganhará contornos mais nítidos nas duas primeiras décadas do século XXI. O futuro, então, passa a ser não somente enunciado catastroficamente, mas também planejado, objetivado, estruturado, controlado, positiva e produtivamente, por meio da noção de sustentabilidade. Erik Swyngedouw (2011) argumenta, acidamente, que a sustentabilidade seria um sintoma de uma planificação despolitizada do mundo. Em consonância com a perspectiva do autor, a primeira sessão deste artigo retoma esse ponto, quando então é explicitada a noção de política que nos mobiliza.

Com isso em mente, valeria nos perguntarmos quais os impactos produzidos na nossa vida cotidiana, nas nossas relações socioambientais, tanto locais quanto planetárias, pelo fato de sermos insistentemente confrontados com (e ensinados por) narrativas (escritas e imagéticas) que planejam e objetivam nosso futuro? Em proveito dessa questão, abordaremos duas imagens de capa de um caderno mensal do jornal *O Estado de São Paulo* intitulado “Planeta”. Neste momento, importamos sobretudo as imagens presentes nos exemplares lançados entre dezembro de 2011 e maio de 2012 – ano da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada em junho de 2012, no Rio de Janeiro. Tal escolha se deu em razão de ter sido nestes Cadernos, publicados no período que antecede a Rio+20, que uma ideia de futuro foi enunciada de modo mais evidente por meio do jornal. Assim, nos esforçaremos para questionar (mais do que analisar detidamente) o ambiente que emerge nessas imagens de capa, bem como a pedagogia promovida por elas e a agenda política que as estaria pautando.

Na segunda seção, mostraremos, já em tom conclusivo, como a arte pode ativar, via práticas pedagógicas, “cartografias afetivas” que se esforçam – politicamente, gostaríamos de enfatizar – para escapar das imagens midiáticas recorrentes de meio ambiente e de sustentabilidade, criando outras. Tais imagens não

investem na planificação, no controle e na objetivação do futuro, mas na ativação, no presente, das memórias instáveis, borradas (a serem criadas e recriadas) das relações socioambientais em que estamos enredados. Nossa aposta é que o foco nas memórias subjetivas criadas no tempo presente nos permitiria não somente indagar, mas rasurar, desconstruir algo dos nossos modos de viver. E é isso que nos interessa, e muito, acionar através das práticas pedagógicas em educação ambiental que promovemos.

SUSTENTABILIDADE: NOSSO FUTURO COMUM?

Como argumenta Patrícia Pisters (2012, p. 73), “a ideia de futuro já passou a impregnar a nossa cultura de imagem”. A relevância desta colocação merece ser assinalada, pois imagens que nos colocam frente a frente com uma ideia de futuro não são próprias das questões ambientais, mas circulam pela cultura atual. Podemos lembrar, por exemplo, do futuro que imaginamos por intermédio das leituras que fazemos de artefatos da cultura – revistas, filmes, jornais, programas televisivos, periódicos científicos – sobre os impactos, nos nossos modos de viver, dos “progressos” prometidos por pesquisas nos campos da biotecnologia, da medicina, da física, da nanotecnologia, da microeletrônica.

Ainda que não façamos neste artigo um estudo do público e/ou da recepção das imagens, é preciso destacar que não as consideramos, como nos lembra John Blewitt (2011), massificadoras, instituidoras, por elas mesmas, de todas as significações possíveis a respeito do meio ambiente e da sustentabilidade. Ao contrário, há ativos processos de interpretação e de rearticulação das imagens pelos sujeitos que, com suas histórias e repertórios, as olham, ora atenta, ora despreziosamente. E mais, o acesso a elas não se dá apenas folheando o jornal impresso onde são veiculadas (material empírico privilegiado por este ensaio). Elas podem nos chegar, por exemplo, por meio do compartilhamento nas redes sociais, e podemos acessá-las em nossa casa, no trabalho ou na rua pelos computadores e celulares com acesso à Rede.

No entanto, embora possa ser muito instigante examinar os diversos modos de acesso e de recepção das imagens, o importante, na perspectiva que privilegiamos, é que as capas do Caderno “Planeta” nos contam algo sobre o estado da cultura de nosso tempo. E isso é o que nos leva a olhá-las com atenção, sobretudo porque, nas imagens selecionadas para este artigo (vale lembrar, aquelas publicadas nos meses que antecederam a Rio+20), nosso futuro comum – para seguir usando uma expressão pregnante no ambientalismo mundial – parece estar sendo enunciado e inscrito.

Em “Flashforward: o futuro é agora”, Patrícia Pisters (2012) pergunta sobre o que seria viver e agir a partir de uma visão de futuro. Tal indagação nos parece potente, pois é no confronto com imagens de um mundo sustentável e “verde” por alcançar que nosso cotidiano pode vir a ser (ou pode estar sendo) tecido, que nossas práticas pedagógicas em educação ambiental podem ser (ou vir a ser) arquitetadas. Um mundo e uma educação, sobretudo se pautada pela ideia de desenvolvimento sustentável, quem sabe, cada vez mais planejado, objetivado, controlado, ainda que mais “verde” e sustentável.

Todavia, antes de abordarmos a questão de uma visão de futuro no ambiente das imagens de capa do Caderno “Planeta”, desejamos pontuar, primeiramente, para efeito de contextualização, como as notícias jornalísticas sobre sustentabilidade foram ganhando importância nesse que é um dos principais jornais brasileiros. Para isso, é necessário retomar o percurso que desemboca na criação do referido Caderno.

Nos últimos anos, a temática da sustentabilidade passou a receber destaque no jornal *O Estado de São Paulo* (“Estadão”) quando este queria noticiar algo sobre meio ambiente. Em 2007, ano em que começamos a catalogar tais notícias, não havia um Caderno mensal regular que abarcasse as falas sobre meio ambiente e sustentabilidade, no “Estadão”. Ele surge em 2008, e sofre sucessivas transformações editoriais (inclusive nos componentes da equipe responsável pela sua produção) até se firmar, em 2010, com o Caderno “Planeta”, que segue sendo publicado nos anos seguintes, até ser extinto em 2014.

É interessante observar, ainda, que, no ano de 2007, as notícias versando sobre sustentabilidade eram publicadas uma vez por mês, às quartas-feiras, em uma seção de pouco destaque no jornal, intitulada “projetos sociais”, que circulava no Caderno “Economia & Negócios”. Foge do escopo deste texto perscrutar estas reportagens, bem como as imagens que as acompanhavam, mas é digna de nota a articulação entre meio ambiente, sustentabilidade, negócios e economia, foco das notícias em 2007, e que segue pautando os textos jornalísticos do Caderno mensal criado para abordar assuntos relacionados ao meio ambiente.

Já no ano de 2008, o “Estadão” passou a publicar mensalmente um Caderno denominado “Vida & Meio Ambiente”. Na edição de 4 de setembro de 2008, o tema em pauta foi o modismo em torno da noção de desenvolvimento sustentável. A pequena chamada publicada na primeira capa do jornal afirmava: “Sustentabilidade – palavra de moda”! Mais que uma tendência passageira, meses depois o jornal assume a sustentabilidade como “a” questão de seu Caderno mensal sobre o meio ambiente. Em 2009, o Caderno anterior é substituído por outro, denominado

“Vida & Sustentabilidade”. Este “novo” Caderno, inaugurado em 30 de janeiro de 2009, durou exatamente um ano. Em 22 de março de 2010, o jornal realiza mais uma modificação editorial criando o Caderno mensal “Planeta”, em substituição ao que vinha circulando ao longo do ano anterior. Em cada capa do “Planeta” (e acima do título) aparece grafado o foco do Caderno: “sustentabilidade & meio ambiente” – uma junção das duas palavras que compunham os títulos dos Cadernos mensais de 2008 e 2009, respectivamente.

Os três diferentes Cadernos produzidos desde 2008, e num curto intervalo de tempo, mostram que o jornal esteve, durante este período, experimentando linhas e equipes editoriais diferentes para a temática ambiental. Em 2010, seu Caderno mensal ganha não somente um novo título, mas uma marca, uma identidade. “Planeta” passa a ser também uma seção diária do jornal, publicada na página final de seu primeiro e principal Caderno, dedicada ao “meio ambiente & sustentabilidade”, tal como o próprio jornal grafa, como se fossem vocábulos indissociáveis.

As imagens de capa dos Cadernos de 2008 e 2009 são produzidas de modo distinto daquelas do Caderno “Planeta”. Em 2008, no Caderno “Vida e Meio Ambiente”, são as imagens fotográficas que ganham destaque nas capas. Ainda que produzidas por meio de fotomontagem, seguem sendo fotografias jornalísticas que buscam retratar, com imagens que se pretendem “realistas”, os temas principais das reportagens. Na atribuição de crédito ou na indicação de fonte aparece o nome do profissional responsável pela fotomontagem, ou do fotógrafo e/ou da agência que detém os direitos sobre as imagens. No Caderno “Vida & Sustentabilidade”, de 2009, a maioria das imagens é composta por fotografias produzidas por profissionais do próprio “Estadão” e algumas são provenientes de agências internacionais de notícia. Já no Caderno “Planeta” uma mudança se faz notar. Ilustradores passam a ser convidados e contratados para criar a arte das capas. Os fotógrafos (fotojornalistas) permanecem em cena, mas, agora, produzindo as imagens da arte elaborada para as capas. Há certa atmosfera de contemporaneidade nas imagens fotografadas – muitas vezes, cenários em miniatura, objetos, maquetes, esculturas feitas com material reciclável (sobretudo papel) e/ou massa de modelar. Além disso, algumas das ilustrações parecem ser realizadas digitalmente.

Muito haveria para discutir sobre as diferenças entre os Cadernos, no entanto, fizemos esse “passeio” para poder contextualizar brevemente as imagens que selecionamos para examinar neste texto. O que nos interessa, a partir desse momento, como anunciamos na introdução, é “conversar” com as imagens de capa do Caderno “Planeta” veiculadas antes da Rio+20. Selecionamos duas, e diante delas nos perguntamos: de que modos tais

imagens nos ensinam sobre nosso futuro? E mais: qual seria a agenda política e pedagógica destas imagens, ao nos confrontarem com a ideia de futuro que elas ativam?

Nas duas imagens de capa dispostas abaixo, a palavra futuro não aparece explicitamente (tal como aparecem no livro de José Lutzemberger e no Relatório Brundtland), porém, não é um tempo presente, muito menos passado, que está sendo enunciado. As imagens nos indicam que é para um mundo futuro de economia “verde” que deveríamos caminhar. Este seria nosso desafio: vivermos em um ambiente mais eficiente economicamente e incluyente socialmente (no mercado “verde” de consumo?). Essa parece ser a agenda política e pedagógica das imagens de capa do Caderno “Planeta” nos meses que antecederam a Rio+20. Vejamos, mais detidamente, as imagens:



Figura 1



Figura 2

Imagens de capa do Caderno “Planeta” veiculadas antes da Rio+20.

Fonte: *O Estado de São Paulo*.

Em dezembro de 2011, o “Planeta” abria a “contagem regressiva” (título de capa do Caderno, Fig. 1) para a Rio+20. A imagem é de uma maquete na qual o nome da Conferência está sendo montado, construído. O tom pastel, pálido, frio das cores, evidencia o esforço ainda necessário para “esquentar” os ânimos e tornar a Reunião calorosamente comprometida com certo futuro. Uma operação complicada, difícil, pois podemos perceber na imagem a grandiosidade das letras, dos números e do símbolo que estão sendo confeccionados, em face do diminuto tamanho de seus poucos construtores. Algumas palavras na capa se destacam em negrito: “Rio+20”, “desenvolvimento sustentável”, “esfriam”, “empenhadas”, “capital verde”. A capa apresenta um tom pessimista em relação aos resultados da Reunião.

No mês seguinte, a chamada na capa do Caderno (Fig. 2) remete ao “desafio de criar uma economia verde”. O pessimismo anterior se evidencia, agora, como um desafio: caminhar para um futuro economicamente “verde” e socialmente incluyente (no mercado de consumo “verde”?). A arte da capa mostra o planeta dividido em duas cores: um preto sombrio e um verde solar. Na metade verde, situada acima da outra, localizada no norte do planeta (interessante atentar para a perspectiva geopolítica), distribuem-se alguns ícones desse futuro sustentável: a bicicleta, as árvores e os geradores de energia eólica. Na metade preta, abaixo da outra, no sul do planeta, habitam, como se fossem marcadores de um passado anacrônico, a fábrica e o caminhão.

A configuração artística-artesanal das imagens enuncia o futuro prometido, ainda impossível de ser plena e realisticamente fotografado. A escolha pela arte ilustrativa (feita à mão) nas montagens das capas aqui expostas, em detrimento das imagens fotojornalísticas, produz, a nosso ver, um efeito imaginativo de um tempo futuro. Este futuro a cuja construção deveríamos simplesmente aderir e colaborar (pondo a mão na massa). Um futuro pautado política e pedagogicamente pela economia “verde”. Não se trata mais de sonhar futuros, mas de agir em direção ao que já está sonhado para nós. Tampouco é o caso de vasculhar, desconstruir as marcas das experiências sentidas em nossos corpos, com as quais vamos compondo modos de olhar, de nos relacionar e de existir. As inúmeras e diferentes pautas que nortearam a “Cúpula dos Povos” (ocorrida concomitantemente com a Rio+20) não entusiasmaram os editores do “Planeta”: é a questão da economia “verde” que *ambientalizou* as imagens de capa do Caderno antes da Conferência.

A agenda política dessas imagens se configura, nos termos de Jacques Rancière (2003), como *police*, ou seja, tal como argumentamos, como um ato de cerceamento, de controle do que deveríamos pensar, sentir e daquilo pelo que deveríamos lutar. Para o pensador francês, esta

perspectiva estaria baseada em um princípio distributivo, implicada em um ordenamento espacial, em uma partilha do sensível, isto é, daquilo que é visível, dizível, audível e pensável no mundo. Já a política seria, como resume Mustafa Dikeç (2012), um desconcerto no que está dado e partilhado através da *police*. Desse modo, a política residiria em contestar, em rasurar, em questionar o mundo futuro “verde” e sustentável que as imagens do Caderno “Planeta” nos vendem. Como pontua sinteticamente Erik Swyngedouw (2011), a política atua sobre a *police*. Ela é sempre uma alternativa a uma dada ordem da *police* (Rancière, 2003), um combate a sua distribuição de espaços, visibilidades, sensibilidades, aos seus modos de habitar, de existir, de imaginar o futuro.

Nesse sentido, apresentaremos, na próxima seção, uma perspectiva política para pensar a configuração de imagens em práticas de educação ambiental que busca justamente escapar do que já está dado como possibilidade de pensar, de significar, de sentir; e que não pretende pensar a vida cotidiana (nossas relações socioambientais) a partir de um futuro previamente catalogado, controlado, planejado, “verde”. Antes, busca revirar, revolver, vasculhar aquilo que tem sido importante na configuração subjetiva de nossos modos de viver. Talvez, nas “cartografias afetivas” inventadas nessas práticas pedagógicas, o mundo se apresente mais múltiplo, mais aberto, vivo, subjetivo, coletivo, mais amplo do que as bonitas, criativas, artesanais, mas insípidas, simplistas e “verdes” capas do “Planeta”.

“CARTOGRAFIAS AFETIVAS”: OUTROS AMBIENTES NAS IMAGENS?

Em dezembro de 2010, a partir de uma convocatória enviada por e-mail para caixas de contato individuais e postada no site “Obrer Cultural”,¹ pessoas foram convidadas a participar de um projeto de criação de suas “cartografias afetivas” (os “mapas” de seus afetos). O convite, destinado a qualquer um que tivesse o desejo de participar, proliferou, uma vez que as pessoas que o receberam espalharam-no para muitas outras através da Rede. Neste primeiro movimento, foram recebidas, por correio eletrônico e/ou convencional, vinte cartografias. Em um segundo momento, mais precisamente a partir do segundo semestre de 2011, foram desenvolvidas oficinas denominadas “Cartografias Afetivas”, ministradas para quase duas centenas de pessoas, em diferentes espaços (sobretudo museus e salas de aula universitárias). Estes dois movimentos (a convocatória virtual e as oficinas presenciais) resultaram na criação de uma rede de participação heterogênea – algo objetivado pelo projeto, pois não era intenção delimitar de antemão um público.

O projeto “cartografias afetivas” propõe às pessoas a construção de “mapas”, que podem ser criados por meio de imagens e/ou de texto escrito e/ou de sons e/ou de objetos. Nestas cartografias, emergem vivências, lembranças, pessoas, lugares, espaços importantes da vida individual e coletiva, tomando como ponto de partida para sua construção os territórios afetivos que são caros e afetam cada participante, e que por isso se deseja, naquele momento de construção, cartografar. Elas se configuram como redes móveis, em constante produção, sem desenhos constituídos e prévios. Trata-se de uma proposta aberta, endereçada a todos aqueles que se sentirem provocados e quiserem participar.

Os diferentes modos de realização das cartografias são ativados através da proposição feita pelo educador. Aqui, o “professor-artista-cartógrafo-educador-etc.” se vê como um propositos que desencadeia o processo. Cabe ao participante escolher o que deseja cartografar. Uma cartografia pode dizer respeito a acontecimentos vividos recentemente ou, então, a algo sutilmente lembrado. O importante é perceber que, ao cartografar afetos, há escolhas e abandonos em jogo. As cartografias deixam rastros do que estamos sendo, e, por isso, o processo é tão ou mais relevante do que a cartografia em si mesma.

O termo cartógrafo, queremos destacar, faz referência direta aos pensadores franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995). A cartografia, nesta perspectiva pós-estruturalista, está em constante transição. Ela funciona de modo distinto do mapa, que é algo estático, previamente marcado, delimitado, calculado. Deste modo, criar cartografias abertas também se constitui como um movimento político de escuta do outro (que de certa forma habita em nós), no sentido apontado por Marcos Reigota (2010).

A seguir, apresentamos dois exemplos de cartografias recebidas pelo projeto.



Figura 3 – Fabio Morais. Para um amor no Recife (Paulinho da Viola), Fabio Morais, 2011. Impressão jato de tinta sobre papel. 6,5 cm × 95 cm. Enviado por correio em 20 de março de 2011.

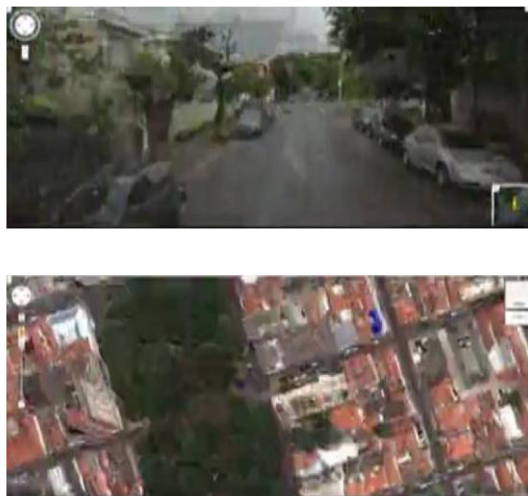


Figura 4 – Cauê Oliveira (detalhe – *still* do vídeo postado no site de compartilhamento Vimeo²), 2012.

Vídeo produzido durante a oficina “Cartografias Afetivas” desenvolvida no primeiro semestre de 2012 em uma disciplina pedagógica de um curso de Licenciatura.

No projeto, não se busca a análise visual, descritiva, das cartografias realizadas pelos participantes, mas, sim, ver seus atravessamentos, perceber quais seriam as linhas pelas quais a vida vai sendo tecida.

Permitir-se criar e experimentar uma “cartografia afetiva” é um exercício político potente. Cada ambiente que nela se dá a ver transforma-se num espaço pessoalmente valorado, que se torna coletivo quando nos dispomos a compartilhar com o outro. É um exercício de relação, de troca de afetos, de delicadeza – essa que não é “só um tema, uma forma, mas uma opção ética e política, traduzida em recolhimento e desejo de descrição em meio à saturação de informações” (LOPES, 2007, p. 18).

Sobre o afeto, pensamos aqui sua noção partindo do conceito de Espinosa reconfigurado por Deleuze (1997). O afeto nos atravessa impulsionado pelo desejo ou pela tristeza ou pela alegria, três noções básicas derivadas do pensamento de Espinosa. Segundo Deleuze e Parnet (1998), os afetos são devires que ora enfraquecem e diminuem nossa potência, ora nos tornam mais fortes, aumentando nossa potência de agir e de pensar; os afetos são, pois, as constantes flutuações de nossas potências e revelam nossas singularidades. Contudo, também afetamos uns aos outros. “Afecções são imagens ou marcas corporais; e suas *ideias* englobam ao mesmo tempo a natureza do corpo afetado e a do corpo exterior afetante” (DELEUZE, 2002, p. 55).

Nas imagens trazidas pelas cartografias, inúmeros outros ambientes se abrem, são produzidos, se inventam. Nesse exercício de construção, ao mesmo tempo artístico, político e pedagógico, examinamos algo do que nos afeta, trazemos à tona um pouco daquilo que nos faz ser o que provisoriamente somos – e isso potencializa, acreditamos, a vida, a densidade das nossas relações socioambientais. São imagens únicas, pouco visíveis no ambiente das imagens midiáticas da sustentabilidade que expusemos neste artigo. Talvez, o exercício pedagógico de construir “cartografias afetivas” seja um ato político, nos termos de Rancière, que desestabiliza as imagens da sustentabilidade atreladas à pauta da economia “verde”. A partir das imagens criadas pelas cartografias afetivas pouco podemos dizer do futuro, mas sabemos um pouco mais sobre os nossos afetos e sobre como estamos vivendo no presente das nossas memórias.

REFERÊNCIAS

- BLEWITT, John. Critical practice and the public pedagogy of environmental and conservation media. **Environmental Education Research**, v. 17, n. 6, p. 719-734, Dec. 2011. <http://dx.doi.org/10.1080/13504622.2011.618625>
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. v. 1.
- DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. Trad. Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.
- DELEUZE, Gilles. **Espinosa**: filosofia prática. Trad. Daniel Lins e Fabien Pascal Lins. São Paulo: Escuta, 2002.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

DIKEÇ, Mustafa. Space as a mode of political thinking. **Geoforum**, v. 43, n. 4, p. 669-676, 2012. <http://dx.doi.org/10.1016/j.geoforum.2012.01.008>

KOPNINA, Helen. Education for sustainable development (ESD): the turn away from “environment” in environmental education? **Environmental Education Research**, v. 18, n. 5, p. 699-717, Oct. 2012. <http://dx.doi.org/10.1080/13504622.2012.658028>

LOPES, Denilson. **A Delicadeza**: estética, experiência e paisagens. Brasília: EdUnB, 2007.

LUTZEMBERGER, José. **Fim do Futuro?** Manifesto ecológico brasileiro. Porto Alegre: Movimento, 1976.

PISTERS, Patricia. Flashforward: o futuro é agora. Tradução Davina Marques. **Leitura: Teoria & Prática**, Campinas, v. 30, n. 59, p. 69-75, nov. 2012.

RANCIÈRE, Jacques. Politics and aesthetics: an interview. **Angelaki: Journal of the Theoretical Humanities**, London, v. 8, n. 2, p. 191-211, Aug. 2003. <http://dx.doi.org/10.1080/0969725032000162657>

REIGOTA, Marcos. A contribuição política e pedagógica dos que vêm das margens. **Teias**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 1-6, jan./abr. 2010.

SWYNGEDOUW, Erik. La naturaleza no existe! La sostenibilidad como síntoma de una planificación despolitizada. **Urban**, Madrid, n. 1, p. 41-66, 2011.

NOTAS

¹ Disponível em: <<http://obrer.wordpress.com>>.

² Disponível em: <<http://vimeo.com/44353431>>.

Artigo recebido em setembro 2014.

Aprovado em fevereiro 2015.